



Deputado Único Representante do Partido LIVRE

Projeto de Resolução n.º 29/XV/1.^a

Uma economia dinâmica para uma sociedade da dignidade: o programa estratégico de desenvolvimento para a sustentabilidade de Portugal.

Recomenda ao Governo que utilize os Programas de Estabilidade para focar os órgãos de governação na transição para um novo modelo de desenvolvimento, incorporando mais indicadores económicos de longo prazo, incluindo indicadores de desenvolvimento sustentável, dando prioridade aos aspetos mais diretamente ligados ao ambiente, qualidade de vida, felicidade, saúde e bem-estar

O Programa de Estabilidade é um compromisso comum dos estados-membros da União Europeia, legislado pelo Conselho da UE e pelo Parlamento Europeu, no sentido de harmonizar a informação e objetivos orçamentais, económicos e financeiros dos vários países da União, e em particular da zona euro. Desde que foram introduzidos, há cerca de uma década, os Programas de Estabilidade apresentados ao longo dos anos têm-se focado em analisar os vários indicadores macroeconómicos e orçamentais no curto e no médio prazo, e servido de base para políticas que apontam de forma quase exclusiva para os objetivos concretos de cumprimento das regras europeias, nomeadamente as do défice orçamental e da dívida pública.

O Programa de Estabilidade deve, no entanto, ser parte integrante de uma visão de longo prazo que utilize a análise macroeconómica nele desenvolvida como base para uma estratégia de futuro para a economia do país. Nesse sentido, o LIVRE acredita que o programa de estabilidade não deve ser entendido como uma obrigação rotineira a cumprir burocraticamente, muito menos se centrada acriticamente numa perspectiva única de finanças públicas, mas antes servir para uma análise mais abrangente da economia portuguesa e para ajudar a balizar os destinos económicos e financeiros do país em décadas vindouras: só é possível ter verdadeira estabilidade económica com uma estratégia de longo-prazo definida e só é possível executar essa estratégia tendo estabilidade económica.

Em menos palavras: para o LIVRE, um programa de estabilidade deve ser um programa estratégico.

Sem sustentabilidade, entendida no seu sentido mais amplo, não pode haver verdadeira estabilidade financeira, e porque sem uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento não pode haver essa necessária estabilidade. Em última análise, os problemas orçamentais e de financiamento de que o estado português padeceu recorrentemente são apenas os sintomas no longo tempo histórico dos verdadeiros problemas subjacentes da economia portuguesa: um desfasamento secular dos níveis de qualificação da nossa força de trabalho quando comparada à das sociedades nossas parceiras, que por sua vez gera uma enorme dificuldade em produzir com mais incorporação de conhecimento e tecnologia e, assim, subir na escala de valor global. Não por acaso, os países mais afetados pela crise da zona euro no início da década anterior foram na sua maioria países com um perfil de exportações baseado em produtos com menor grau de complexidade e, logo, baixo valor acrescentado, e por isso mesmo mais expostos aos choques adversos da globalização. A nossa inferência a partir desta realidade é a de que se Portugal conseguir alterar o seu modelo económico, em particular orientando para setores mais especializados e de maior valor acrescentado, mais facilmente conseguirá atingir um nível de sustentabilidade financeira que lhe permita financiar excelentes serviços públicos e assim tirar mais partido das suas vantagens comparativas, tornando assim o país mais atrativo. É este círculo virtuoso que é preciso atingir durante a década atual, e qualquer programa de estabilidade que não tenha isto em conta será uma oportunidade perdida.

Mas a sustentabilidade financeira e a estabilidade do país estão intrinsecamente ligadas à sustentabilidade ambiental, sobretudo num país com um património natural tão rico como Portugal. O ciclo virtuoso que o país deve criar assenta na preservação e salvaguarda dos seus recursos, da sua biodiversidade, da sua geodiversidade, dos seus ecossistemas e habitats, muitos deles únicos, e na criação de produtos e serviços de alto valor acrescentado garantindo essa preservação.

Este Programa de Estabilidade 2022-2026, em particular, é apresentado num contexto de guerra na Europa, com a invasão da Ucrânia pela Rússia; após dois anos de uma pandemia mundial; de incerteza face às cadeias logísticas e de abastecimento de bens alimentares, de matérias-primas e produtos; e uns dias depois da publicação do último diagnóstico de avaliação sobre a redução de gases com efeito de estufa do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que avisa que os países estão a ser pouco ambiciosos nas medidas programadas para conter as emissões de GEE, arriscando o aumento global de temperatura para níveis catastróficos.

É assumido, no Programa de Estabilidade 2022-2026, que este contexto é conjuntural, incorporando os “efeitos adversos” da invasão da Ucrânia pela Rússia e incluindo um “cenário macroeconómico adverso que considera uma deterioração do

enquadramento externo”. O LIVRE entende, no entanto, que este contexto não é conjuntural mas sim estrutural e que estamos a assistir a uma mudança geopolítica e social que terá consequências profundas durante muito tempo e em todo o mundo.

Estas alterações estruturais a que estamos a assistir obrigam-nos a acelerar a transição energética, a perseguir a diminuição do consumo energético e o aumento da eficiência energética, de forma a Portugal deixar de depender de combustíveis fósseis, diminuir as suas emissões de gases de efeito de estufa e ganhar soberania energética. Obrigam-nos também a ser rigorosos na defesa da biodiversidade e dos ecossistemas, abandonando o modelo extrativista em que a sociedade de consumo se baseia e focando a recuperação dos habitats e a adoção de soluções baseadas na natureza.

Para construir a estratégia de longo prazo defendida pelo LIVRE, com foco na transição para uma economia de alto valor acrescentado, com um novo modelo de desenvolvimento assente no conhecimento e na descarbonização e na salvaguarda e recuperação do património natural, com o objetivo de Portugal ser uma economia de vanguarda dentro da União Europeia, é necessário um plano de investimentos sério e continuado na educação e formação ao longo da vida, em simultâneo com uma aposta concreta na investigação e na ciência e na valorização da administração pública. Implica um Estado Social forte que, em conjunto com o setor privado e com o setor associativo e cooperativo, garanta a redução das desigualdades e uma mais justa repartição e distribuição do rendimento, do tempo, do espaço e dos recursos entre os cidadãos.

Os indicadores de desenvolvimento nacional devem acompanhar estas prioridades, devendo Portugal monitorizar e utilizar indicadores que incluam aspetos mais diretamente ligados ao ambiente, qualidade de vida, felicidade, saúde e bem-estar, em vez se focar prioritariamente no Produto Interno Bruto.

Urge, portanto, repensar a forma e a ambição com que abordamos o planeamento orçamental e macroeconómico do país e incorporar essas mudanças em todos os eixos desse planeamento. A entrega dos Programas de Estabilidade em Bruxelas não precisa de ser um mero ritual burocrático que mais não é do que o carimbar do cumprimento das regras previstas no Pacto de Estabilidade e Crescimento. Este momento pode - e deve - ser aproveitado como um momento de apresentação e início da concretização de uma estratégia de longo prazo para o país, que nos permita caminhar para um novo modelo de desenvolvimento.

Nestes termos, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Deputado do LIVRE propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Inicie um Grande Debate Nacional para um Novo Modelo de Desenvolvimento para o país, em particular tirando partido das comemorações em torno dos 50 anos do 25 de Abril, que nos podem servir de baliza cronológica para um exercício de reflexão e deliberação coletiva em busca das novas metas que, à aproximação do segundo quartel do século XXI, desempenhem o papel político e societal que os 3Ds de Democratizar, Desenvolver e Descolonizar desempenharam para o nosso país no último quartel do século XX.
2. Foque os órgãos de governação na transição para um novo modelo de desenvolvimento a longo prazo, criando um Gabinete para a Transição, com o propósito de estudar e promover as estratégias para a transição de modelo de desenvolvimento, que garanta a fuga à lógica dos ciclos eleitorais e de curto prazo e a solidariedade entre gerações;
3. Reforce os meios humanos e técnicos de apoio à avaliação de políticas de desenvolvimento;
4. Incorpore mais indicadores económicos de longo prazo em futuros Programas de Estabilidade, que possam servir de base de análise e trabalho para a construção de uma estratégia económica para o país para as próximas décadas;
5. Diversifique os indicadores de desenvolvimento nacional, apresentando-os nos futuros Programas de Estabilidade, passando a incluir indicadores de desenvolvimento sustentável, como o PIB Verde ou a Poupança Genuína, dando prioridade aos aspetos mais diretamente ligados ao ambiente, qualidade de vida, felicidade, saúde e bem-estar e reforçando o seu papel na informação do sistema estatístico nacional e na monitorização das políticas e da ação governativa.

Assembleia da República, 14 de abril de 2022.

O Deputado

Rui Tavares